

JORNAL DE BRASÍLIA 26 ABR 1987 ECONOMIA BRASIL

Nação busca uma moldura

Curiosa e intranquilizadora a situação a que chegamos. Medidas indesejáveis, por inflacionárias, tornam-se indispensáveis e são adotadas como remédio para os males que elas próprias criam. O círculo vicioso institucionaliza-se, movendo-se por uma dinâmica própria perversa, que cada vez mais anuvia o cenário da crise, confunde causa e efeito e configura o impasse. E o caso das intervenções de caráter financeiro praticadas esta semana.

Voltou-se ao subsídio, após haver o governo reiteradamente se comprometido com a redução do déficit público; cedeu-se outra vez ao tabelamento, quando se tinha assegurado a volta às leis naturais do mercado; cobriu-se o rombo dos estados, embora já se tivesse firmado o princípio moralizador da recusa ao salvamento de falidos. Mas, suprema ironia, todas essas iniciativas eram agora necessárias, sob pena de se disseminar um incêndio por toda a economia do país, justamente porque não se cuidou a tempo, como não se está cuidando ainda, de praticar a cirurgia após administrado o anestésico.

O próprio Plano Cruzado foi produto desse equívoco fundamental acerca dos processos médicos. Anestesiado o paciente, através de um congelamento brutal mas necessário a seu tempo, confundiu-se a cessação da dor com a cura, e se permitiu que os efeitos cessassem sem que o processo terapêutico tivesse início. O resultado não poderia ser diferente.

As medidas desta semana acodem o produtor rural num curtíssimo prazo, mas exasperam a inflação, realimentando, portanto, a crise da próxima safra; reduzem suavemente os juros cobrados à pequena e média empresas mediante o processo do tabelamento, sem se dar conta de que o dinheiro vai fluir para outras paragens, deixando os bancos sem limites para operação; por fim, promove-se antecipação de receita aos estados sem exigir deles qualquer programa consistente de austeridade e sem se ater ao fato de que antecipações de receita apenas agravam o endividamento e rolam o problema. Mas, se qualquer das três providências não fosse adotada, ter-se-ia uma reação em cadeia de insolvências potencialmente susceptível de desestabilizar o país.

É preciso romper com urgência o imobilismo característico desta fase da vida nacional. Ele é que gera a improvisação, ditada esta pelas pressões que se acumulam, ora qui ora ali, partidas dos agentes econômicos atônitos ante a falta de horizonte. A improvisação deve ser substituída por um programa claro e duradouro, capaz de restabelecer a prática do planejamento indispensável à continuidade do processo produtivo. A possibilidade do planejamento a médio e longo prazos é rigorosamente essencial ao investimento e sem este não há salvação para nada neste ou em qualquer outro país.

Um programa econômico consistente, que tenha começo, meio e fim, e não seja onírico, deve contemplar — infelizmente é imperioso admiti-lo — um certo nível de descompromisso com a conjuntura social, vale dizer, com os elementos decorativos mais visíveis do programa do PMDB. Não é possível contabilizar, na atual quadra, embora fosse desejável fazê-lo, a “opção pelos pobres”, na forma radical como tem sido ela entendida, e os níveis de investimento requeridos pela situação do país. Num país escasso de poupança, e com os fluxos de poupança externa estancados, não se pode ao mesmo tempo gerar e distribuir riquezas. Esta não é uma questão ideológica, mas simples evidência da mais elementar lógica econômica.

Não se pode, todavia, partir para o radicalismo oposto e aqui reside a virtude dos sistemas políticos em oposição aos sistemas científicos. Conquanto não se deva promover o distributivismo assistencialista, é indispensável assegurar-se o poder aquisitivo do mercado, sem o que o próprio mercado deixa de existir porque ele é, em substância, uma relação de equilíbrio entre ofertantes e demandantes do processo econômico. Os salários têm de ser preservados na sua capacidade de apropriação de bens e serviços econômicos, mas não pode ter crescimento real senão na medida exata em que representarem incrementos de produtividade. Caso contrário eles ultrapassam o seu próprio espaço na relação econômica e passam a apropriar lucros, comprometendo o investimento.

A passividade do governo diante de movimentos reivindicatórios, mesmo os claramente ilegais, reflete não apenas seu imobilismo característico, mas uma visão equivocada da política, evitada invariavelmente do vício eleitoral. O PMDB e o governo devem descer dos palanques aos gabinetes, e governar, antes que os diversos agentes econômicos passem a governar a si próprios. Descer dos palanques aos gabinetes significa, em primeiro lugar, restabelecer o império da lei, sem o que a disfunção das instituições e do próprio princípio da autoridade tornará ineficaz a ação governamental. Em seguida, ou concomitantemente, significará a apresentação à Nação de um programa de governo capaz de demonstrar que este país é um lugar seguro para o trabalho. O trabalho, e não a agiotagem é o caminho da reconstrução.

Um conjunto de iniciativas, na dimensão estrutural e não conjuntural, é o que se espera. A omissão dessas iniciativas, a pretexto de restabelecer-se o liberalismo econômico, é uma ilusão. O liberalismo econômico não tem lugar num país organicamente desestruturado como o nosso, em que a repartição do poder entre suas partes componentes é desigual. A própria intervenção no domínio financeiro praticada esta semana, como o tabelamento de juros, demonstra o desequilíbrio da relação interna de poder no meio social. Os bancos, como o fazem historicamente, estavam apropriando a renda do sistema produtivo. Um programa de governo deve, portanto, permitir certo nível de intervenção até mesmo para preservar a essência do nosso sistema; a livre iniciativa. Mas não pode exaurir-se nesse plano. A sociedade requer uma moldura para as suas ações, representada por um conjunto de regras e metas claramente estabelecidas e estáveis. O poder de intervenção do Estado deve ficar adstrito às situações de distorção conjuntural do quadro.

Subseqüentemente a um programa assim estabelecido, seria compreensível que o governo promovesse a reforma ministerial, se o quisesse. Esta deve ser consequência daquele e não o contrário, sob pena de ser, como tem sido, mero efeito da luta partidária pelo poder. Estamos todos cansados de distrações políticas e ansiamos por uma abordagem competente da verdadeira problemática brasileira que, neste momento, não é política, mas sócio-econômica e moral. A Constituinte, devaneio com que se sinaliza o éden, não resolverá problema algum, pois as leis não fazem um país, este é que as faz. Antes da nova Constituição, antes de eleições diretas ou definição de mandato, o governo deve governar como se fosse, porque efetivamente o é, uma instituição permanente. Os governadores é que não o são, para a felicidade geral.